



**Texto para Discussão 018 | 2020**

**Discussion Paper 018 | 2020**

# **O valor das Cadeias Globais de Valor: Reproduzindo desigualdade, acentuando pobreza e exportando danos ambientais**

**Alexis Saludjian**

*Professor Associado do Instituto de Economia da UFRJ*

*E-mail: saludjian@ie.ufrj.br*

**João Pedro Braga**

*Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ,*

*Bolsista PIBIC Modelos de acumulação (nacionais e regionais) e trajetórias de desenvolvimento sócio-econômico numa perspectiva crítica.*

**Rodrigo Fernandes**

*Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ,*

*Bolsista PIBIC Modelos de acumulação (nacionais e regionais) e trajetórias de desenvolvimento sócio-econômico numa perspectiva crítica.*

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

# O valor das Cadeias Globais de Valor: Reproduzindo desigualdade, acentuando pobreza e exportando danos ambientais

Agosto, 2020

## Alexis Saludjian

*Professor Associado do Instituto de Economia da UFRJ*

*E-mail: saludjian@ie.ufrj.br*

## João Pedro Braga

*Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ,*

*Bolsista PIBIC Modelos de acumulação (nacionais e regionais) e trajetórias de desenvolvimento sócio-econômico numa perspectiva crítica.*

## Rodrigo Fernandes

*Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ,*

*Bolsista PIBIC Modelos de acumulação (nacionais e regionais) e trajetórias de desenvolvimento sócio-econômico numa perspectiva crítica.*

## Resumo

Desde a década de 1990 acadêmicos discutem a dinâmica das Cadeias Globais de Valor (CGV) e os possíveis benefícios de inserção das indústrias nacionais como uma possível oportunidade de desenvolvimento. A partir desta literatura consolidada, este trabalho analisa criticamente as CGV desenvolvendo três pontos principais nos quais a narrativa de ganhos mútuos se mostra uma lente ideologicamente carregada para analisar a produção no âmbito do capitalismo global. O primeiro delas é a permanência de grandes diferenciais salariais entre trabalhadores nos países desenvolvidos e em desenvolvimento não devido somente a diferentes produtividades, mas também a estruturas produtivas que se baseiam na exploração do trabalho. Adotando a interpretação de Selwyn (2019), as CGV acabam por reproduzir pobreza e desigualdade social entre os trabalhadores do Sul Global. O segundo ponto é sobre a possibilidade de movimentação e fuga de capitais e mais valor, facilitado e estimulado pela CGV, criando novas dinâmicas de desigualdade global entre países e intrapaíses. Por último, tratamos das dinâmicas de exportação de dano ambiental facilitados pela CGV, além de apresentar criticamente propostas reformistas ao atual cenário de degradação do meio ambiente. Assim sendo, este artigo sintetiza visões críticas à internacionalização cega do comércio proposta pela análise dominante das CGV na medida em que ela representa uma barreira sensível ao desenvolvimento socioeconômico no Sul Global durante o século XXI.

Palavras-chaves: Cadeias globais de valor, desigualdade, pobreza, meio ambiente, teoria do valor

## Abstract:

Since the 1990s, academics have discussed the dynamics of Global Value Chains (CGV) and the possible benefits of the insertion of national industries as a possible development opportunity. Departing from this consolidated literature, this paper critically analyzes GVC by developing three main points in which the narrative of mutual gains is an ideologically charged lens for analyzing production within the scope of global capitalism. The first is the persistence of large wage differentials between workers in developed and developing countries, not only due to different productivity levels, but also due to productive structures that are based on the exploitation of labor. Adopting the interpretation of Selwyn (2019), GVCs end up reproducing poverty and social inequality among workers in the Global South. The second point is about the possibility of capital movement and flight of surplus value, facilitated and stimulated by CGV, creating new dynamics of global inequality between countries and intra-countries. Finally, we deal with the export dynamics of environmental damage facilitated by CGV, in addition to critically presenting reformist proposals to the current scenario of environmental degradation. Therefore, this paper summarizes critical views on the blind internationalization of trade proposed by the dominant analysis of GVCs as it represents

a sensitive barrier to socioeconomic development in the Global South during the 21st century.

Keywords: Global value chains, inequality, poverty, environment, value theory

**SIGLAS E ABREVIACOES:**

**GVC (Global Value Chains):** Cadeias Globais de Valor (CGV)

**GIC (Global Inequality Chains):** Cadeias Globais de Desigualdade (CGD)

**GPC (Global Poverty Chains):** Cadeias Globais de Pobreza (CGP)

**GWC (Global Wealth Chains):** Cadeias Globais de Riqueza (CGR)

**Teoria Valor Trabalho (TVT)**

## INTRODUÇÃO

A inserção de um país no comércio internacional, ou sua abertura comercial, é tradicionalmente defendida na economia mainstream e nos discursos das principais organizações multilaterais como uma das principais medidas de estímulo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, a internacionalização e entrada nas Cadeias Globais de Valor (CGV) que vem ganhando espaço nos debates desde os anos 1990 forneceria ganhos aos trabalhadores e ao meio ambiente, com aprimoramento tecnológico (*upgrading*). No entanto essa visão contrasta fortemente com as realidades de ampliação das desigualdades, aumento da pobreza no trabalho e profunda degradação ambiental que ocorreram em paralelo com a integração do Sul Global nas CGV. Este trabalho tem como objetivo sistematizar um contraponto à visão mainstream, questionando por meio de uma revisão crítica da literatura internacional sobre as CGV e uma breve análise dessas cadeias ao contexto brasileiro que a inserção comercial nem sempre está associada a ganhos mútuos - reproduzindo pobreza, desigualdade e danos ambientais nos países do Sul Global.

Essa discussão não é nenhuma novidade no campo das teorias econômicas. David Ricardo, já discutia o conceito de vantagens comparativas no século XIX. Segundo Ricardo, caso os países focassem na produção bens de maior expertise comparativa, haveria um ganho global para as economias dos países envolvidos no intercâmbio. Essa noção é a raiz dos ganhos mútuos que sustentam a ampliação do livre-comércio na perspectiva clássica, mas se reflete hoje no discurso das CGV sob a o marco analítico neoclássico dominante na análise do comércio internacional. O objetivo do artigo é mostrar que existe uma massa crítica debates sobre as CGV e que esses desafios à visão dominante das CGV são relevantes para a discussão da sua relevância na América Latina e no Brasil.

Desde o final da década de 2010s, a inserção internacional nas CGV foi indicada como estratégia de política pública que representaria uma forte oportunidade de desenvolvimento por diversas instituições multilaterais. Não obstante, o debate das CGV ignorou durante muito tempo fatores de forte implicação para as economias em desenvolvimento como distribuição de riqueza, desigualdade de gênero, danos ambientais. Como resultado, mesmo frente à ampliação das desigualdades entre e

intrações, boa parte da análise ortodoxa insiste em não questionar os impactos da inserção comercial nas CGV. Em termos gerais, a dificuldade das CGV vem do foco no “valor adicionado” em cada ponto da cadeia, sendo valor adicionado venda menos custos que não o salário. Assim, as CGV não conseguem observar quando do valor adicionado se distribui para os capitalistas e quanto para os trabalhadores, gerando distorções, as quais serão aprofundadas neste trabalho.

Contemporaneamente, a teoria econômica mainstream que embasa a discussão da CGV apresenta uma visão segmentada e fragmentada da questão levantada pelas CGV. É por um lado abordada como objeto de estudo da economia internacional pelos modelos de comércio internacional de bens com HOS (Heckscher- Ohlin - Samuelson) em uma função de produção com fatores substituíveis pelo abandono da teoria do valor trabalho, na economia do trabalho (como política social desconexa da dinâmica econômica) ou na economia ambiental. Existem muitas tentativas de articular esses campos, hoje separados da teoria econômica, mas tais tentativas dependem muitas vezes de metodologias, dados, conceitos que dificilmente se integram coerentemente. Dessa forma, dado que este é um fenômeno de muitas implicações distintas para a vida em sociedade, é necessária uma abordagem crítica e interdisciplinar para analisar os impactos das CGV no desenvolvimento<sup>1</sup>.

Particularmente, a inserção comercial do Brasil nas Cadeias Globais de Valor é um bom estudo de caso que ilustra a problemática interação entre comércio internacional e desenvolvimento. Pela sua base exportadora, a economia brasileira é mais vulnerável ao aumento do desmatamento que atua de forma concomitante a expansão da nossa agroindústria. Uma abertura comercial livre de regulação como clama e defende a teoria ortodoxa pode continuar a dinâmica de pobreza, sendo renomeadas Cadeias Globais de Pobreza (CGP) por Selwyn (2019), a qual será melhor analisada a seguir. De forma similar, essa inserção pode ter reflexos sobre a evolução das desigualdades nacionais, uma vez que impõe limites a mecanismos redistributivos como o salário mínimo.

---

<sup>1</sup> Já existem estudos que vão nesse sentido. Ver (Medeiros e Trebat, 2018) por exemplo.

O estudo é, assim, uma crítica à utilização da CGV como uma unidade de análise da produção globalizada. Primeiro, porque suas suposições são baseadas em uma teoria do valor que não leva em conta os efeitos distributivos da produção nem a criação do valor, mas sim a sua apropriação. Dessa forma, é uma lente ideologicamente carregada para entender a reprodução das desigualdades sociais e ambientais dentro/entre países. Não obstante, o debate é importante num ano de pandemia, uma vez que pode haver um aprofundamento da reversão de tendência de globalização de produção já observável desde a crise de 2008. Além desta introdução, esse trabalho é dividido em três partes; a primeira questiona as CGV do ponto de vista do mundo do trabalho, podendo estas reproduzir exploração e pobreza no trabalho. Em seguida, propõe-se um debate de origem das CGV, analisando os impactos da inserção no aprofundamento do caráter desigual do capitalismo mundial. A terceira parte debate a ligação entre cadeias produtivas e danos ambientais, uma visão totalizante e crítica pouco trabalhada na economia dominante. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 1 POBREZA CONCENTRADA, EXPLORAÇÃO GENERALIZADA<sup>2</sup>

Com o avanço da internacionalização da produção, o número de trabalhadores nas indústrias globalizadas mais do que quadruplicou entre o início dos anos 1980 e as primeiras décadas do século XXI (OECD; WTO; WORLD BANK, 2014). Em consequência deste fato, uma questão importante se impõe no campo da economia do trabalho: até que ponto os trabalhadores se beneficiam do emprego em indústrias inseridas nas Cadeias Globais de Valor. De fato, essa pergunta requer uma análise tanto dos determinantes do comércio internacional quanto de uma avaliação da qualidade do trabalho nas indústrias em questão.

Em uma perspectiva mainstream de livre-comércio, essa questão é estudada dentro dos pressupostos das vantagens comparativas, sendo sua resposta quase sempre afirmativa - pautada em termos de ganhos mútuos da especialização e das trocas (SELWYN, 2019). Dessa forma, a abordagem econômica convencional das CGV se baseia na noção de que a inserção nas cadeias globais seria um fenômeno que implicaria desenvolvimento de forma automática ou, em outras palavras, uma lógica resolvedora de problemas para o desenvolvimento. Essa noção, na medida em que considera que a inserção das indústrias em países do Sul Global em conexão com empresas líderes de países desenvolvidos implica automaticamente em transferência de tecnologia, não se verifica na experiência liberalizante do século XXI – com inúmeros registros de internacionalização acompanhada de empobrecimento das condições de trabalho (como analisado em GEREFFI, 1987).

É importante ressaltar que, embora predominante, essa visão não é absoluta. Em uma perspectiva crítica da economia do trabalho aplicada à inserção dos países do Sul nas CGV, é necessário considerar as cadeias globais de valor têm como consequência uma crescente concentração de poder no âmbito empresarial, com ganhos sensíveis para as empresas líderes em países desenvolvidos (UNCTAD, 2013). Dito isso, a concentração de poder de mercado materializa uma nova forma de capitalismo global que privilegia a renda de poucos em detrimento do crescimento equilibrado e inclusivo. Nesse sentido, a

---

<sup>2</sup>Essa parte se baseia em (Selwyn, 2019)

presente seção tem como objetivo analisar a inserção nas CGV por uma perspectiva crítica, olhando para esse fenômeno como parte de um processo de concentração da pobreza e generalização da exploração no mundo do trabalho - analisando em especial o caso do salário mínimo brasileiro.

## **1.1 Cadeias Globais de Valor, produtividade e trabalho precário**

De fato, a questão de até que ponto os trabalhadores se beneficiam do emprego nas indústrias globalizadas está em aberto em uma perspectiva heterodoxa da análise econômica empírica. Em parte, a resposta depende da metodologia desta análise adotada. Estudos relativamente iniciais da CGV descobriram que os trabalhadores de empresas fornecedoras ganhavam salários mais altos do que os trabalhadores de setores não comercializáveis (NADVI, 2003). Por outro lado, recentes estudos intersetoriais de bens comercializáveis apontam para que a inserção nas CGV teria tido benefícios de maior competitividade e melhores condições de trabalho apenas em pouco mais de um quarto dos casos analisados (BERNHARDT; POLLAK, 2016)

Do ponto de vista teórico, no entanto, é um consenso que muitas análises da CGV têm uma concepção limitada do papel constitutivo do trabalho. Inegavelmente a inserção nas CGV tem um impacto enorme nas relações de classe e nas estruturas econômicas do mercado de trabalho – podendo o emprego nas CGV gerar novas formas de pobreza dos trabalhadores (SELWYN, 2019). De fato, a proliferação de CGV se baseou em dois pilares: (i) a disponibilidade prévia de grandes forças de trabalho empobrecidas e de baixo custo por meio de processos como deslocamento rural e reestruturação industrial e (ii) uma posterior incorporação dessas massas nas CGV de forma a desestruturar os arranjos institucionais existentes. Dessa forma, a destruição das estruturas socioeconômicas anteriores aliada à incorporação da força de trabalho nas CGV teria como consequência novas formas de pobreza da classe trabalhadora – como baixos salários, exploração e a precariedade (QUENTIN; CAMPLING, 2017).

Conforme a teoria das vantagens comparativas a análise mainstream das CGV explica os baixos salários dos trabalhadores no sul global como consequência do emprego em

indústrias de baixa produtividade. Selwyn (2019), no entanto, mostra que a pobreza característica do emprego no sul global em indústrias exportadoras é uma consequência da capacidade institucional dos empregadores de pagar salários muito baixos e de sujeitá-los a condições severas de trabalho e vida – refletindo uma estratégia de acumulação competitiva de capital. Dessa forma, os baixos salários seriam uma consequência do arranjo institucional extrativista, não da produtividade - gerando reprodução de exploração e pobreza no trabalho.

## 1.2 Valor e solução de problemas dentro das CGV

A noção neoclássica de valor agregado é concebida como a diferença entre os preços pagos pelos insumos e os preços recebidos pelos produtos. Em particular ela considera que o valor agregado ocorre exclusivamente dentro das empresas e o valor "não pode vazar para outras empresas ou ser capturado delas" (Smith, 2012), daí a importância de patentes. Kaplinsky (2004) mostra como as inovações das empresas líderes levam barreiras à entrada para outras empresas participarem de atividades, podendo as líderes beneficiarem de altas taxas de valor agregado e obterem maior lucratividade – fenômeno retratado na curva sorriso da Figura 1.

**Figura 1 – Concepções Neoclássica e Marxista da formação do valor e apropriação nas CGV**



Fonte: Lauesen and Cope (2015) apud Selwyn (2019)

Partindo da concepção marxista de que a exploração do trabalho é uma dimensão central do capitalismo, a questão dos benefícios do trabalho globalizado se transforma. Nessa ótica, os trabalhadores recebem sistematicamente um valor menor do que o valor das mercadorias que produzem para seus empregadores - podendo essa relação de exploração gerar várias formas de pobreza no trabalho. Entendendo a exploração no capitalismo como um processo extraeconômico de extração de mais-valor, implica-se também a subordinação do trabalho ao capital – assim como trabalhadores aos capitalistas. Essa relação muitas vezes consiste na degradação física do trabalhador em formas de trabalho desgastantes ou precárias (MEZZADRI, 2017). Nessa interpretação, a pobreza é entendida como uma combinação de salários baixos e degradação corporal.

No âmbito do emprego nas CGV, a pobreza dos trabalhadores é explicada por Selwyn através do resgate do conceito marxista de superexploração, que especifica como os trabalhadores são remunerados abaixo de seus custos de reprodução social (MARINI, 2005)<sup>3</sup>. De fato, a noção de custos de reprodução social implica um elemento fortemente moral na definição e cálculo da pobreza (MARX, 2011), uma vez que esses custos são determinados por normas socialmente aceitas.

Em especial, três aspectos da criação, realização e distribuição de mais-valia são pertinentes na análise integrada entre CGV e pobreza: (i) os empregadores usam a força de trabalho dos trabalhadores para produzir mercadorias, incorporando valores de uso e uma vez realizada a venda, gerando mais-valia; (ii) a mais-valia é realizada após a venda dos produtos; (iii) o controle sobre as atividades internacionais de produção, marketing e venda representa uma fonte de poder para as empresas líderes sobre as indústrias no sul global, podendo capturar valor excedente – fenômeno retratado na curva de miséria na Figura 1.

Adotando o conceito de trabalho digno da UNCTAD (2018) e compreendendo o salário digno como pilar central no conceito de dignidade, a concepção de salário digno pode ser

---

<sup>3</sup> Não entramos no marco deste artigo nessa questão, mas já existem vários trabalhos que debatem essa questão na atualidade. Ver (Luce, 2017) que inclusive trata também de maneira crítica da "nova classe média" do M. (Neri, 2008), Carcanholo 2017, (Amaral, 2009), (Martins, 2009).

empregada como metodologia para investigar a relação entre emprego nas indústrias globalizadas e pobreza dos trabalhadores. Tal como proposto por Selwyn (2019), nas situações em que os trabalhadores empregados nas CGV não ganham salário digno, argumenta-se que tais cadeias reproduzem pobreza, podendo ser renomeadas Cadeias Globais de Pobreza (CGP).

### **1.3 Estudo de Caso do Salário Mínimo Necessário no Brasil**

Elemento central na regulação do mercado de trabalho, o salário mínimo dialoga de forma muito direta com a discussão sobre dignidade no trabalho. No âmbito das Cadeias globais de Pobreza, tal como em Selwyn (2019), a discussão sobre a elevação dos salários mínimos reais não deve ser feita apenas em níveis absolutos. Isso, pois as considerações sobre dignidade no trabalho também inserem um elemento moral que só pode ser analisado à luz de considerações do nível de salário mínimo necessário para uma vida digna. De fato, a comparação dos salários mínimos efetivos com os salários mínimos necessários pode fornecer subsídios importantes à compreensão da pobreza e exploração a nível nacional.

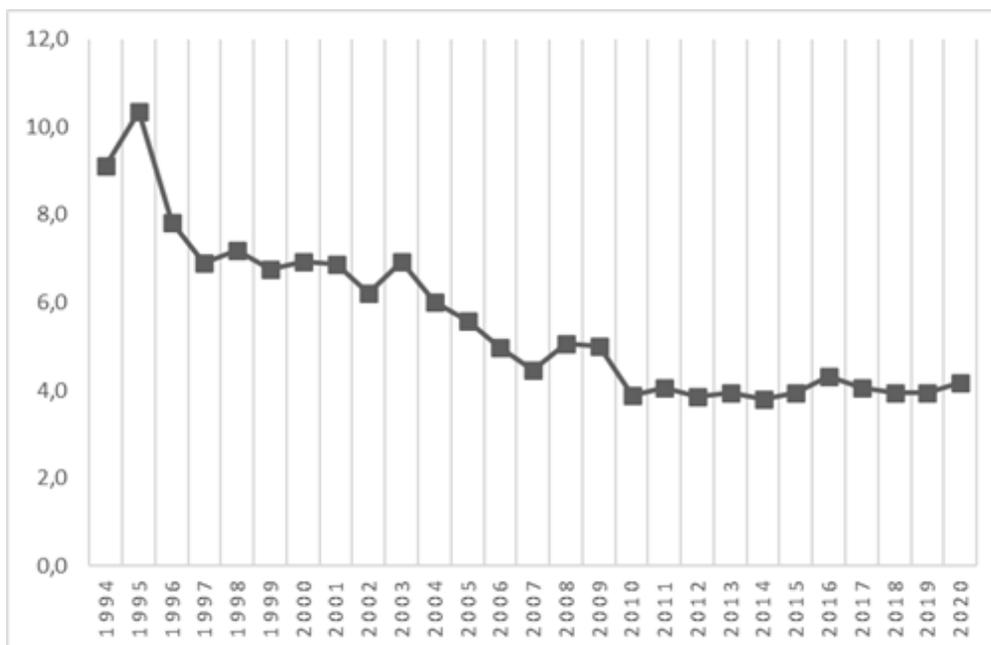
No caso do Brasil, analisado nesta seção em específico, o salário mínimo registrou forte valorização desde o início do século XXI. Essa valorização se inseriu em um padrão de crescimento redistributivo que se baseava no consumo interno e a incorporação via consumo das classes baixas - daí a importância do salário mínimo como piso salarial, tendo efeitos importantes do ponto de vista distributivo. Em paralelo, mensalmente, o Dieese divulga uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como estabelecido na Constituição: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social. Esse valor é calculado com base na cesta básica mais cara entre 17 capitais pesquisadas (DIEESE, 2020). A tabela e gráfico a seguir resumem as comparações.

Figura 2 – Salários mínimos nominal e necessário em valores reais

Ano	Salário mínimo necessário (A)	Salário mínimo nominal (B)	Razão (A/B)
1994	590	65	9,1
1995	724	70	10,3
1996	781	100	7,8
1997	774	112	6,9
1998	865	120	7,2
1999	881	130	6,8
2000	943	136	6,9
2001	1036	151	6,9
2002	1117	180	6,2
2003	1386	200	6,9
2004	1445	240	6,0
2005	1452	260	5,6
2006	1497	300	5,0
2007	1566	350	4,5
2008	1925	380	5,1
2009	2077	415	5,0
2010	1987	510	3,9
2011	2195	540	4,1
2012	2399	622	3,9
2013	2675	678	3,9
2014	2748	724	3,8
2015	3119	788	4,0
2016	3795	880	4,3
2017	3811	937	4,1
2018	3753	954	3,9
2019	3929	998	3,9
2020	4348	1039	4,2

Fonte: DIEESE, acesso em Julho de 2020

Figura 2 – Razão entre salários mínimos nominal e necessário



Fonte: Elaboração própria a partir de DIEESE, acesso em Julho de 2020

Como constatação das dinâmicas dos salários mínimos e necessários, alguns fatos chamam atenção. Primeiro, de fato a valorização registrada pelo mínimo provocou uma redução significativa da razão entre mínimo efetivo e necessário, com este último passando de 9 a 4 vezes o salário mínimo efetivo. Por outro lado, mesmo com a queda expressiva, o fato de que o salário mínimo efetivo continua 4 vezes menor do que o salário mínimo necessário indica que ainda há espaço maiores valorizações de forma a melhorar a situação na base da pirâmide. Evidentemente, o salário mínimo necessário, dada seu componente essencialmente moral, se eleva com o aumento do mínimo efetivo e seu valor pode ser interpretado como um farol ao mínimo - mesmo elas nunca coincidam.

Ao nível das cadeias globais de valor, a elevação do salário mínimo efetivo representa uma forte pressão salarial que tem impactos sobre a competitividade das indústrias de exportação brasileiras. Mesmo sendo um país relativamente fechado ao nível internacional, a inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor é retratada na literatura econômica sob a lógica da reprimarização da pauta exportadora diante da competitividade internacional. Em paralelo, o salário mínimo elevado reduz a competitividade da exportação produtos desses setores no mercado internacional. Nesse sentido, a inserção

do país nas CGV associada a uma forte pressão de grupos de interesses políticos desses setores representados no Congresso Nacional implica um elemento de pressão para a redução do salário mínimo efetivo. Como solução intermediária, a regra de reajuste do mínimo limita o crescimento a um teto ligado à produtividade - tendo este sofrido perdas reais especialmente na conjuntura político-econômica do pós-2014. Dessa forma, a limitação do salário mínimo efetivo em relação ao salário mínimo dialoga fortemente com uma expressão do fenômeno de reprodução da pobreza entendida como dignidade no trabalho a nível nacional.

## 2 DESIGUALDADE GLOBAL, APROPRIAÇÃO LOCAL

### 2.1 Teorias da economia globalizada

As Cadeias Globais de Valor (CGV) são muitas vezes apresentadas como tendo um impacto positivo sobre os trabalhadores, sendo a discussão sobre os benefícios do comércio sobre o desenvolvimento socioeconômico muito antiga na história do pensamento econômico. Os contextos históricos e a ortodoxia teórica vigente em cada período têm um impacto importante sobre a maneira de pensar o Desenvolvimento socioeconômico, seus problemas e desafios e os atores dessas políticas (Sunkel e Paz, 1976) e (Furtado, 1966). A apontada relação positiva entre a inserção na economia mundial e desenvolvimento depender fortemente em grande medida dos pressupostos teóricos e interesses econômicos e políticos nos diferentes períodos considerados.

Podemos encontrar esse argumento desde as discussões dos mercantilistas, passando pela visão da Economia Política Clássica de D. Ricardo sobre vantagens comparativas no comércio internacional ou sobre especialização na sua versão neoclássico com HOS Heckscher–Ohlin - Samuelson no século XX - e mais recentemente com as novas teorias do comércio internacional de Krugman, Stiglitz e novos-keynesianos. Esses marcos analíticos que apresentam argumentos favoráveis ao impacto do comércio internacional sobre as condições de trabalho (e de vida) foram alvos de críticas: Os fisiocratas contra os mercantilistas (importância da produção e não unicamente a circulação); F. List (1841) contra a especialização ricardiana e a vertente marxista com a discussão do imperialismo já no início do século 20; a CEPAL de R. Prebisch (1949) , autores do Sistema Mundo ou os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD com Marini) contra HOS e a visão de T. Schultz sobre as revoluções verdes (visão da especialização) no pós 2a GM.

Em relação à distribuição de renda nas CGV, a teoria econômica dominante também trouxe discussões e debates que evoluíram ao longo da história do desenvolvimento capitalista (e da história do pensamento econômico ou história das ideias econômicas). Na teoria clássica ainda mobilizando a teoria do valor trabalho, a questão das condições de trabalho e de desigualdades passavam pela discussão da distribuição da renda total de uma economia considerada entre as diferentes classes sociais - capitalista com lucro, trabalhador com salário de subsistência e proprietário de terras com a renda da terra. O

caráter mais ou menos desigual da distribuição entre classes sociais era dado naturalmente. Essa questão dará espaço para a crítica de autores com T. Malthus, Socialistas ricardianos como T. Hodgskin ou sua crítica radical com autores como Marx. Determinações morais tinham que cuidar dos pobres (Poor Laws) e a Economia Política não entrava muito nesse debate. Com a versão neoclássica da discussão da inserção no capitalismo mundial (HOS), a questão das desigualdades era resolvida pela alocação ótima dos fatores de produção, adotando a teoria do valor utilidade. A questão se resumia então maximizar as funções de produção e achar o ponto de equilíbrio no qual nenhuma situação melhor poderia ser encontrada pelos agentes maximizadores e racionais. Com as novas teorias do comércio internacional e as teorias do crescimento endógeno, a questão das desigualdades passou a depender de um fator de produção que permitia rendimentos crescentes de escala, o capital humano. Quanto maior o montante de capital humano e mais especificamente de capital humano destinado à P&D, mais elevado o nível do crescimento da renda dessa economia no qual a alocação dos fatores de produção remunerados à sua produtividade era ótima. Nesses casos dos modelos HOS e novas teorias do comércio internacional, sendo as remunerações dos fatores de produção determinadas pela produtividade marginal em função do preço dos fatores de produção diferenciáveis, a discussão da desigualdades tinha a ver com diferenças de acesso ao capital humano – uma vez que dotações diferenciadas, e Ex-Ante não são explicadas nos modelos.

Essas questões da inserção na economia mundial e da desigualdade são apresentadas e discutidas de maneira original na visão das CGV

no período mais recente do desenvolvimento capitalista. Podemos elencar de maneira sintética os elementos fundamentais para caracterizar o período histórico do desenvolvimento capitalista em que a discussão das CGV ganhou força:

1. Papel do comércio internacional como motor do crescimento e desenvolvimento sob a égide da OMC pelo menos até 2008 (Desglobalização desde então);

2. Papel de um ator importante que são as Empresas Trans/Multinacionais <sup>4</sup> ;
3. Revoluções tecnológicas e consequências para a dinâmica do capitalismo<sup>5</sup>;
4. Finanças desregulamentadas (final dos anos 1970, de 2007/8), impacto no desenvolvimento<sup>6</sup>
5. A ascensão da China como potência a partir do final dos anos 1990 e particularmente a partir da sua entrada na OMC em 2001 <sup>7</sup>
6. A urgência do enfrentamento ao aquecimento global (acordos de Paris, mercado de carbono)<sup>8</sup>

Sobre os 3 primeiros elementos tratam da discussão das CGV, mas poderiam ser mobilizados para criticar em vez de “solucionar “as contradições da expansão do capital (problem-solving). Os 3 pontos anteriores devem ser considerados juntos com o ponto 4 (finanças) e a discussão ganha em relevância (e em complexidade) quando for analisado a economia globalizada e financeirizada. A discussão do texto de (Quentin e Campling, 2017) vai nessa direção (CGR) os 4 pontos anteriores devem ser considerados juntos com o ponto 5 (China) pois desde 1990/2000 a participação da China mudou a dinâmica capitalista. E finalmente, os 5 pontos anteriores não podem ser discutidos sem tomar em consideração o último ponto (6) que na verdade é a fonte de todos os demais pontos (a Natureza/meio ambiente).

---

<sup>4</sup> Poderia ser mobilizada na visão crítica a discussão de E. Mandel sobre empresas transnacionais e (Quentin & Campling, 2017), (Selwyn, 2019)

<sup>5</sup> Poderia ser mobilizada na visão crítica a discussão de E. Mandel sobre as ondas longas.

<sup>6</sup> Poderia ser mobilizada na visão crítica a discussão dos marxistas sobre financeirização (Chesnais, Lapavitsas, Salama) e (CEPAL, 2018)

<sup>7</sup> Poderia ser mobilizada na visão crítica a discussão de autores do Lab China (IE-UFRJ)

<sup>8</sup> Ver a visão crítica do Eduardo Sá Barreto e seção 3.

## 2.2 Cadeias Globais da Desigualdade (CGD)

Neste contexto das Cadeias globais de Valor (ou Cadeias Globais de Pobreza como discutido acima na primeira seção desse artigo), do papel das finanças, e das Empresas Transnacionais, é interessante mobilizar uma visão que se propõe a combinar uma análise crítica bidimensional através do conceito de Cadeias Globais da Desigualdade (CGD). Essa visão do CGD é, portanto, uma crítica às Cadeias globais de valor (CGV). A estrutura analítica em torno do CGV foi desenvolvida para tentar explicar a complexidade e a confusão em torno da produção global fragmentada.

"Em linhas gerais, a CGV é uma cadeia internacional de atores de mercado trazendo commodities desde a extração de matérias-primas até o consumo de varejo." (Quentin e Campling, 2017, 4).

Quentin -Campling também envolvem a discussão das Cadeias Globais de Riqueza (CGR).

"Especificamente, expandimos o quadro CGV integrando-o com a estrutura relacionada da Cadeia Global de Riqueza (CGR). A unidade de análise no quadro CGD são cadeias que "escondem, realocam e riqueza na medida em que se soltam da localização da criação de valor e aumentam a desigualdade" (Seabrooke e Wigan 2014: 257); em geral, são as rotas pelas quais a riqueza que surge da "criação de valor" aumentou para os proprietários de ativos sem atrair quantidades significativas de impostos. "(QUENTIN - CAMPLING, 2017, p. 2)

Por essa razão, segundo os autores, é fundamental mobilizar uma teoria de valor objetiva e não subjetiva, assim como a visão das CGV - que segue a visão neoclássica de valor.

Como já vimos acima, este quadro analítico tornou-se o marco para as instituições financeiras internacionais e de desenvolvimento (OCDE, OMC, Banco Mundial) (Quentin e Campling, 2017, p. 4). Para os proponentes do CGV, o fluxo monetário e os fluxos de valor são equivalentes e permitem que o valor agregado seja tratado como se fosse um aumento na criação de valor (p.3). Trata-se, portanto, de mobilizar criticamente

uma teoria alternativa que nos permita destacar a diferença. A teoria do valor do trabalho marxista não é a única, mas é a que expressa essa diferença da forma mais avançada (teoricamente). É particularmente adequado para a análise de certos fenômenos relacionados às Cadeias globais de Valor (CGV) porque, em vez de se concentrar em determinar o preço (subjetivo), dá lugar a uma concepção de valor objetivo que não se limita ao preço. Assim, segundo os autores, é possível acompanhar a criação de valor no CGV independentemente de onde a quantidade de dinheiro determinada pelo preço seja encontrada.

“Claramente, então, para integrar esses dois conjuntos de preocupações - o quadro das CGV, que aceita a captura de dinheiro como equipara à criação de valor, e análises do sistema tributário global, que se baseia no reconhecimento da bifurcação entre os dois - é necessário ter uma teoria de valor. Com isso, não queremos dizer não uma teoria do valor no sentido de como os preços são determinados, mas uma concepção de valor como tendo uma existência objetiva separável de sua manifestação nos preços, de modo que seja possível (em princípio, pelo menos) acompanhar a criação de valor em CGV independentemente de onde se encontra os fluxos de dinheiro determinados pelo preço. A economia mainstream não oferece uma teoria objetiva de valor nesse sentido - valor na economia mainstream (na medida em que não se percebe nos preços) é um assunto subjetivo - e por isso, para prosseguir é necessário prestar atenção à teoria do valor heterodoxo. Adotamos uma abordagem amplamente marxista de valor e, no resto desta seção, oferecemos um esboço esquemático dessa abordagem. Devemos enfatizar que, em nossa análise, a partir de uma teoria de valor de perspectiva empírica desempenha um papel ligeiramente diferente do que normalmente desempenharia, uma vez que uma teoria de valor normalmente seria esperada para prever o preço. Nosso ponto de partida, em contraste, é que o valor e o preço não são esperados para ser nada além de arbitrário em sua relação entre si. O objetivo é simplesmente fornecer uma perspectiva objetiva de valor-teórico a partir da qual ver fluxos de dinheiro potencialmente arbitrários, e (em princípio) qualquer teoria objetiva de valor faria. Adotamos uma teoria de valor marxista porque (i) é a teoria objetiva mais amplamente aceita e mais desenvolvida de valor na

economia (em contraste com a teoria do valor subjetivo do marginalismo mainstream), e (ii) é consistente com certos fenômenos observáveis dentro das CGV.”(Quentin e Campling, 2017, 4).

Uma vez que o arcabouço analítico crítico proposto por Quentin-Campling tenha se livrado da teoria do valor neoclássico (valor subjetivo que confunde valor e sua expressão monetária), a discussão pode se concentrar na criação de mais-valor dentro da produção de bens e como ela é apropriada pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas) recuperando a discussão de Marx.

“O valor excedente é o poder de trabalho incorporado nas commodities no ponto de troca, pois tal valor excede o poder de trabalho incorporado no que é consumido no processo de produção dessas commodities e trazê-las ao ponto de troca. Esse excedente aumentou na forma monetária em virtude das transformações materiais das commodities em meios de produção e bens salariais e, em seguida, de volta às commodities novamente sendo mediadas através do mecanismo do dinheiro.” (Quentin e Campling, 2017, 5).

Os autores apontam, e isso é importante para o seu ponto sobre o CGD, que não é apenas o trabalho produtivo pago pelo seu salário porque, no capitalismo de hoje, a parcela da força de trabalho remunerada não é materialmente produtiva de mais-valor. Como é frequentemente o caso nos países em desenvolvimento, este trabalho é mal pago e muitas vezes perigoso. Os autores apontam que:

"Essas formas de trabalho improdutivo são dominantes na maioria dos países ricos, mas não são produtivas de valor excedente ao nível da totalidade social das empresas. Como veremos na subseção sobre a concorrência capitalista e a apropriação do valor, o entra-entrada individual pode extrair excedente dessa totalidade sem recorrer ao trabalho materialmente produtivo, redistribuindo-se efetivamente para si o excedente gerado em outros lugares do sistema, e de fato muitas das empresas ricas mais ricas do mundo fazem exatamente isso. "

(Quentin - Campling 2017, 5)

A questão que está sendo discutida agora é a distribuição desse mais-valor entre os vários capitalistas, sejam eles capitalistas industriais, banqueiros, proprietários de terras para aluguel ou comerciantes (como Marx apresenta no início do Livro 3 de seu livro O Capital, Uma Crítica da Economia Política)

"No capitalismo moderno, essa redistribuição tem efeito em relação a um desenvolvimento conhecido como 'financeirização'. Usamos o termo amplamente para se referir ao fenômeno pelo qual as relações patrimoniais entre proprietários de ativos e ativos produtivos são agora quase inteiramente mediadas por uma camada de relações jurídicas que (i) fazem intervenções na distribuição de risco (como dívida, patrimônio corporativo e derivativos) e (ii) colocam ativos sob gestão profissional (como conselhos corporativos ou gestores de fundos). Por isso, focamos nos aspectos "do lado da oferta" da financeirização e não na tendência concomitante de "lado da demanda" para que a dívida do consumidor substitua a renda salarial. A "financeirização" não só aponta para a tendência do capital financeiro progressivamente a dominar o capital produtivo, mas também reflete uma percepção generalizada de que a dinâmica da camada das relações financeiras é de crescente importância na determinação da distribuição do valor excedente entre as empresas, e entre os maiores proprietários humanos de ativos" (Quentin - Campling 2017, p. 5-6)

Os autores mobilizam duas outras categorias de trabalho na análise da economia política da tributação dos lucros das empresas para que ela possa se encaixar na teoria do valor previamente discutido (valor trabalho marxista): o) Trabalho no setor público e (ii) trabalho reprodutivo não remunerado e trabalho doméstico.

"A primeira categoria é o trabalho do setor público, cujos salários potencialmente (dependendo das circunstâncias do trabalhador) constituem extração de mais-valor por membros da classe não-patrimonial. Além disso, o trabalho dos trabalhadores do setor público pode ser prestar serviços que contribuam para o bem-estar dos membros da classe não-patrimonial. A segunda é o trabalho reprodutivo não remunerado e o trabalho doméstico, que por sua natureza (e apesar de sua centralidade para a reprodução do trabalho remunerado e para a sociedade em geral) subordina sistematicamente aqueles

sobre os quais o fardo dela cai, e é sistematicamente desvalorizado. Na medida em que o Estado captura superávit insuficiente através do mecanismo de tributação para apoiar o bem-estar dos membros das classes não-proprietárias, é essa categoria de trabalhador que encontra sua carga do trabalho não remunerado aumentado" (Quentin - Campling 2017, p. 6)

Essas duas categorias de trabalho são essenciais, no capitalismo contemporâneo, para dar conta do peso do trabalho estatal e não remunerado porém essenciais para a produção de valor e mais-valor. Também nos permite abordar o caso de países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento e as questões das desigualdades de gênero (como será proposto no artigo dos autores).

A discussão sobre a teoria do valor está longe de ser incidental e permite a discussão crítica das Cadeias Globais de Valor integrando a dimensão espacial e, portanto, a natureza global do desenvolvimento e da dinâmica capitalista contemporânea.

A primeira das duas dimensões que Quentin-Campling propõe discutir diz respeito às Cadeias Globais de Valor com uma teoria de valor marxista e focando em sua estrutura e, em particular, diferenciando nesta cadeia de valor global as empresas líderes, empresas menores, daquelas localizadas em países desenvolvidos daquelas estabelecidas em países em desenvolvimento. Os autores da visão dominante da CGV apresentam o caso das empresas líderes que têm poder de mercado como objetivo a ser alcançado pelas pequenas empresas (desenvolvidas ou não). Esse processo de melhoria e atualização (*'upgrading'*) de pequenas empresas seria feito inserindo-se nas CGV graças a um fenômeno de mercado muitas vezes representado por uma curva semelhante a um sorriso (smile-curve na página 12 do artigo). Empresas líderes que se integram à CGV participando de atividades como pesquisa e desenvolvimento, design, marketing ou publicidade, criam uma quantidade maior de valor agregado do que as pequenas empresas que estão confinadas à produção, distribuição. A inserção nas Cadeias globais de valor seria, então, uma forma de as pequenas empresas "subirem" as escadas de valor agregado e esperarem ser líderes um dia. Essa visão de inserção no CGV, segundo Quentin & Campling, serve apenas para promover uma narrativa sobre o porquê da captura da criação de valor e da sua captura nas mãos de determinados lugares da CGV e também para manter uma

hierarquia e dominação dentro do CGV e, portanto, do desenvolvimento e da dinâmica capitalista.

A segunda dimensão que Quentin-Camplung abordam são as Cadeias Globais de Riqueza (CGR).

“As cadeias globais de riqueza são as rotas pelas quais o mais-valor aumentou para os beneficiários do capital, ao mesmo tempo em que atrai o menor imposto possível. Eles incluem evasão fiscal e desvio fiscal(...), os métodos que empresas multinacionais e jurisdições de hospedagem usam para maximizar lucros corporativos (OCDE 2013b), e estratégias de investimento reforçadas por impostos, como o private equity (War on Want 2013) “ (Quentin - Camplung 2017, p. 13-14).

Empresas multinacionais e grandes corporações estão expandindo suas atividades globalmente e procuram maximizar seus lucros e minimizar impostos. Essa busca para minimizar o pagamento de impostos e outros impostos tem influência nas políticas de desenvolvimento dos Estados que tentam atrair empresas líderes, propondo regras de isenção de impostos, muitas vezes envolvidos em verdadeiras guerras fiscais entre eles. Para conquistar a entrada do Investimento Estrangeiro Direto, a concorrência entre Estados é caracterizada pela concorrência à quem mais reduzirá os impostos para as empresas líderes o que causa problemas de financiamento público posteriormente devido à falta de entradas fiscais e desequilíbrios macroeconômicos.

Como observam os autores, este quadro analítico da CGV, embora contemporâneo com mudanças na produção em escala global, permanece, no entanto, um quadro limitado (lente ruim), uma distribuição acrítica e cega entre lucro e salários obcecados por sua análise em termos de valor agregado. Esta análise continua preocupada com propostas de práticas políticas liberais ou liberalizantes nas agendas das instituições internacionais e incapazes de considerar os efeitos de distribuição dos sistemas tributários dos marcos legais (jurisdição) nos quais esse valor agregado aumenta. O trabalho de Quentin e Camplung e seu grupo de pesquisa tenta ir além desses limites, combinando criticamente CGV e CGR, a fim de ter um quadro analítico que eles chamam de CGD e que pode superar essas deficiências e limitações (ou falta de vontade política). Esta estrutura do

CGD é articulada em duas dimensões: horizontal: CGV e vertical: CGR (ver figura 3). A ideia é poder dar conta da criação de valor em toda a cadeia produtiva de sua apropriação pelos diversos atores envolvidos (Empresas multinacionais para a maior parte) (dimensão horizontal). Tudo isso em um sistema global financeirizado no qual o principal objetivo é a busca do melhor fechamento financeiro para pagar o menor número possível de impostos (eixo vertical) malabarismo de práticas jurídicas e práticas ilegais (sonegação fiscal, paraísos fiscais).

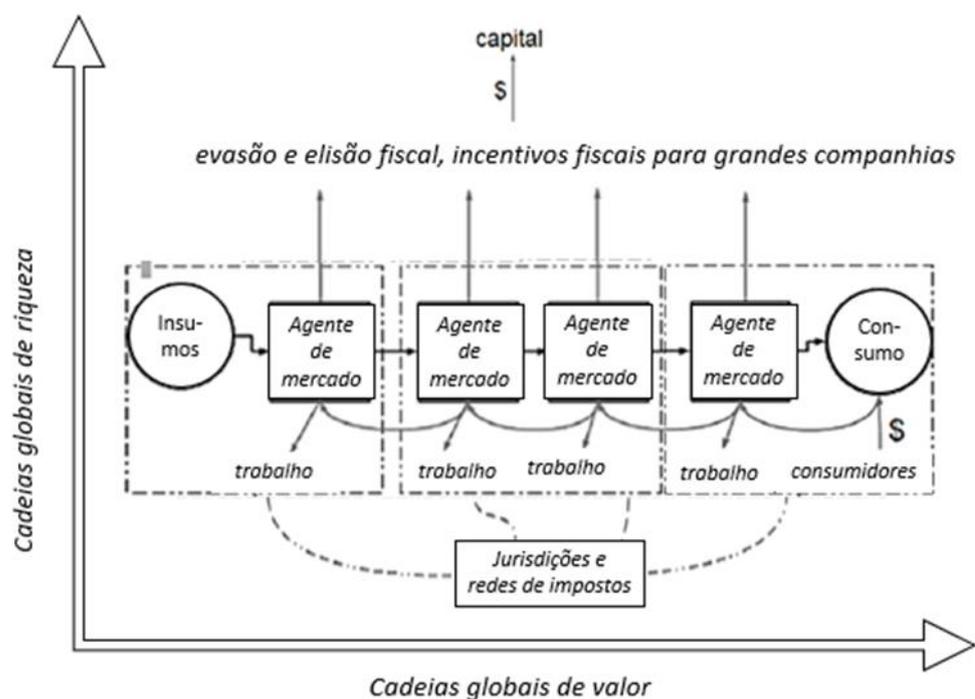
Assim, os autores apresentam as Cadeias Globais da Desigualdade (CGD): Desigualdade na apropriação do maior valor criado pelo trabalho e assumido pelo capital. Desigualdade na distribuição dos ganhos de capital criados às custas do Estado e da força pública. Essa perspectiva crítica altera profundamente a visão que se pode ter das Cadeias globais de valor (CGV) e suas propostas liberais que promovem o desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

Nem todas as instituições internacionais defendem cegamente a atualização pelas CGV. Também pode-se notar que essa preocupação crítica da CGR está presente nos recentes trabalhos da UNCTAD:

"Además de contribuir a la erosión del valor agregado interno, el crecimiento de las cadenas globales de valor también provocó una erosión de la base imponible, tanto en los países desarrollados como en los países en desarrollo. Aprovechando la desregulación financiera, en los últimos años, las empresas transnacionales han hecho todo lo posible por minimizar los aportes fiscales. La UNCTAD (2015a) indica que se registró un notorio incremento del uso de entidades de finalidad específica y centros financieros offshore (como las Islas Vírgenes Británicas) con el objeto de traspasar beneficios a jurisdicciones de baja imposición fiscal. A fines de 2010, alrededor del 30% de los flujos mundiales de inversión transfronterizos se dirigían a través de centros offshore (frente a menos del 20% al comienzo de la década). Las empresas transnacionales utilizan dos estrategias clave para evadir impuestos: los precios de transferencia y el financiamiento mediante deuda. En esencia, ambos sistemas implican la creación de entidades legales ficticias en centros financieros offshore a las que se realizan pagos ficticios con el propósito de

reducir los beneficios contables en el país de origen de la empresa, que tiene una carga impositiva más alta.» (Medeiros & Treubat, 2018, p.191)

**Figura 3: A cadeia global de desigualdade (CGD), mostrando o efeito dos impostos regressivos das cadeias globais de riqueza (CGR)**



Fonte: Elaboração dos autores a partir de (Quentin e Campling, 2017, p.16)

Promover as CGV tem um impacto sobre a força de trabalho (como visto na seção 1), sobre a distribuição e a desigualdade do mais-valor (seção 2), mas também sobre o meio ambiente como veremos na seção seguinte.

### 3 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR EXPORTANDO DANOS AMBIENTAIS

Como visto nas primeiras sessões, os primeiros trabalhos sobre as Cadeias Globais de Valor (CGV) datam da década de 1990. Desde então, trabalhos de diversos campos de pesquisa desde comércio internacional a antropologia olharam para esse processo de expansão capitalista, avaliando sua razão de ser. Nesta seção, numa ótica marxista e utilizando a teoria valor de trabalho, queremos mostrar a ligação entre as CGV e Cadeias Globais de Riqueza (CGR) e danos ambientais.

Partamos de uma constatação simples: o capitalismo precisa do crescimento para sobreviver. A compra de uma mercadoria e sua retirada do mercado, é a realização do valor de uso, criado via trabalho do proletariado. O dinheiro, inicialmente gasto pelo capitalista no processo produtivo, retorna ao mesmo, acrescido de mais-valia (BARRETO, 2018). Na verdade, é Marx claro. Quanto maior esse retorno na forma de lucro, melhor para o capitalista. Um retorno nulo caracteriza um fracasso na operação, um suicídio econômico. Esse retorno permite mais investimento pelos capitalistas, que gera mais retorno/lucro, numa retroalimentação própria da dinâmica capitalista. O objetivo principal do capitalista é maximizar o retorno/lucro que pode obter e o capital, em sua dinâmica, cria formas de maximização. Esse é o processo, de forma extremamente simplificada<sup>9</sup>, do capital. Pelo lado do trabalhador, podem haver 4 processos, diretos da firma, em busca de maior mais-valia (SELWYN, 2019):

1. Aumento da intensidade do trabalho;
2. Aumento das horas trabalhadas;
3. Menores salários;
4. Salários abaixo da subsistência (“imiseração” do trabalho);

Esse resumo inicial sobre valor é necessário para chegar ao ponto de interesse. O capitalista pode, até um certo limite, aumentar o trabalho excedentes. Limitações são,

---

<sup>9</sup> Se baseia em Marx, Livro 3, seção 3 (capítulos 13, 14 e 15)

principalmente, de origem natural e de origem institucional. A barreira natural é basicamente igual a todos os homens na Terra, embora com diferentes consequências no longo prazo - expectativas de vidas. Por outro lado, o Estado e sua relação com os trabalhadores variam geograficamente e historicamente. Há períodos históricos de fortalecimento dos direitos trabalhistas como no período de Golden Age do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial e períodos de enfraquecimento trabalhista, haja vista a “uberização” recente.

Um país desenvolvido, no geral, tende a proteger melhor o proletariado, limitando o aumento das horas e intensidade trabalhadas e a queda do salário, devido os séculos de lutas sindicais e trabalhistas. A lógica capitalista tenta achar qualquer espaço de reprodução do capital para geração de valor e principalmente mais-valor inserido (ou possível de ser inserido) nas CGV, onde as limitações a exploração do meio ambiente e do trabalhador são mais flexíveis. Assim, o capital gera mais mais-valor em países subdesenvolvidos, ainda que o trabalhador do subdesenvolvido tenha a mesma produtividade do desenvolvido. Como visto na seção 1, o argumento do Selwyn é que o senso comum de que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ganham menos porque eles são menos produtivos tem um cunho ideologicamente muito carregado.

Quentin e Campling, em sua artigo, parte do pressuposto da Teoria Valor Trabalho (TVT) pela sua permissividade para análises quantitativas, além de facilitar uma análise de fuga de capital. Como uma empresa pode produzir uma mercadoria num país A, para depois transferir o lucro para o país B, fugindo de taxaço [o que ele chama de Cadeia Global de Riqueza (CGR)], a TVT permite identificar onde há trabalho/valor adicionado realmente. Essa dinâmica de movimentação de capital, de local de produção para sede (CGR) permite, portanto, que uma empresa multinacional mobilize suas forças produtivas num país subdesenvolvido, mais permissivo com leis trabalhistas e também ambiental. Essa questão será o foco desta seção.

De toda forma, uma expansão capitalista é acompanhada pelo aumento do consumo e pelo uso de matéria prima. Em outros termos, a sociedade capitalista só garante sua contínua reprodução como sociedade capitalista nas bases de uma contínua expansão da produção (BARRETO, 2018) aqui, é claro um choque. Por um lado, o mundo material é limitado (o que muda é a relação do homem com o mundo, ou seja, as forças produtivas

desenvolvem-se), enquanto esse processo de acumulação clama matéria prima. Há o encontro entre exploração ambiental e exploração do trabalho e o choque entre crescimento e meio ambiente.

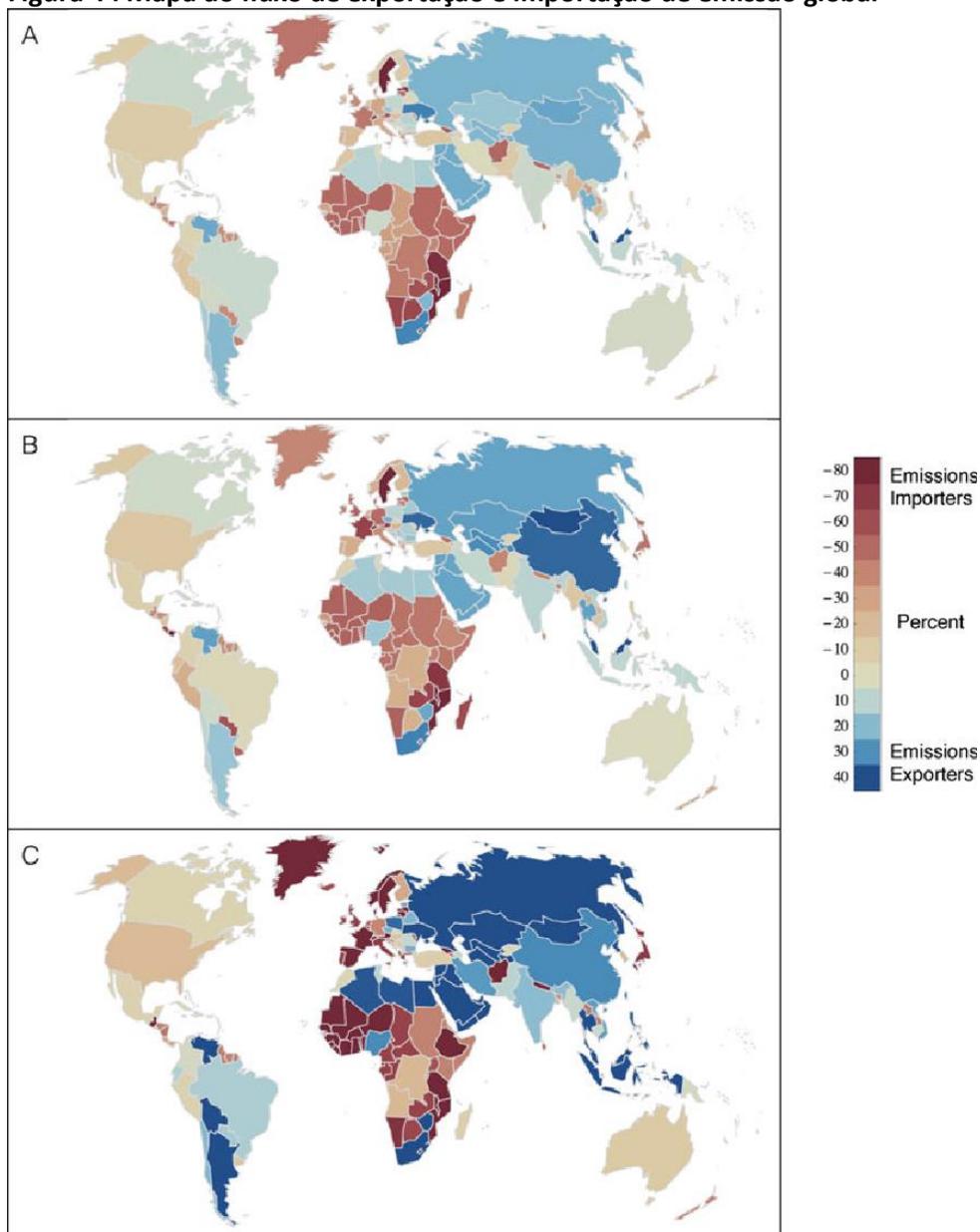
Pode-se usar como uma medida de inserção nas CGV o Investimento Estrangeiro Direto (IED). Jorgenson, utilizando métodos econométricos de regressão com efeito fixo testa e confirma as hipóteses de que dependência de investimento externo no setor de manufatura aumenta emissão de CO<sub>2</sub> e aumento de poluentes industriais em corpos de água, em países menos desenvolvidos (JORGENSON, 2007).

A figura 4 abaixo mostra 3 tipos de metodologias para exportação de emissão, sendo (A) demanda final; (B) consumo e (C) investimento. Quando azul, o país emite pelos outros e quando vinho/vermelho, emite menos que seria necessário para manter seu nível de investimento e consumo. Dependendo da metodologia adotada, os resultados variam, mas o autor defende de forma geral como os mapas representam as diferenças econômicas, onde os subdesenvolvidos e os dependentes de petróleo são exportadores líquidos de emissão. Esse processo é uma forma de “limpar”<sup>10</sup> a pegada de carbono dos países ricos, tentando zerar as emissões de CO<sub>2</sub>, enquanto as transfere para os países subdesenvolvidos.

---

<sup>10</sup> O porquê desse processo (limpar a pegada) poderia ser um artigo à parte mas podemos resumir em busca de atingir metas ambientais até certo ano, como a Agenda 2030 da ONU, além da busca da criação de uma imagem para marketing e atração de fundos de investimento verdes, o que chamamos de green money.

Figura 4 : Mapa do fluxo de exportação e importação de emissão global



Fonte: Bergmann, 2013

É necessário, portanto, questionar o discurso mainstream de inserção no mercado mundial, sem barreiras. Embora a industrialização em si não cause danos ambientais significativos (pelo menos não necessariamente), o investimento estrangeiro direto sim, e de forma forte, apesar de seus ganhos para o setor industrial (OPOKU; BOACHIE, 2020). Tecnologias e empregos mais limpos concentram-se no mundo desenvolvido, uma vez que são mais caros.

“This suggests that African countries have relaxed environmental regulations to attract foreign investment in the quest to boost economic development. Strict environmental regulation is needed to ensure that the inflow of FDIs into the region does not harm the environment”. (Opoku, 2020)

Não podemos esquecer que o aquecimento global é um processo social e o crescimento da emissão de CO<sub>2</sub> ocorreu em conjunto com a entrada de capital estrangeiro em países subdesenvolvidos, devido a difusão da produção global, na década de 80, embora o mesmo não ocorrera de forma tão violenta quando o investimento era interno (GRIMES; KENTOR, 2003).

Embora os ganhos econômicos sejam claros (acesso ao mercado internacional, cadeias e ambiente de inovação), a entrada de um país subdesenvolvido na CGV gera perdas ambientais, como descarte pior dos resíduos nas águas, e maior emissão de poluentes (NAVARRETE; BORINI; AVRICHIR, 2020) (SHAHBAZ *et al.*, 2015), talvez irreversíveis. Esse processo ocorre principalmente quando a liberalização é feita no setor exportador, como ocorreu no Brasil na década de 90, embora a poluição tende a cair quando a indústria é focada no consumo interno, talvez pela entrada de tecnologias limpas das multinacionais.

O caminho soturno traçado pela humanidade precisa ser revertido e manutenção da visão acrítica da CGV não pode ser mantida. Temos pouco tempo para reduzir as emissões de gases estufa e o capitalismo parece colocar barreiras a esse processo. Por exemplo, uma saída seria a captação e armazenamento de gases estufas. Infelizmente, são tecnologias patenteadas e, portanto, não teriam uma expansão tecnológica necessária no curto prazo (BARRETO, 2020).

Ainda sim, essas tecnologias não são um deus ex-machina, é importante repensar o modo de produção e consumo capitalista. Uma saída é fortalecer a economia interna sem

degradação ambiental/social, como políticas de crescimento ecológicas<sup>11</sup>, investindo em ambientes de inovações verdes, com o papel do Estado forte, através de Agências e financiamento a pesquisa (MAZZUCATO, 2014) e fortalecendo legislações trabalhistas e ambientais.

Um exemplo disso é o *Green New Deal*, que seria de grande importância num período de crise como o atual, onde devemos repensar nossos modelos de produção. Embora seja uma pauta recente, um programa como o *Green New Deal* já deixa claro campos que devem ser renovados, dentre eles o setor energético, transporte e do campo.

O termo foi utilizado talvez pela primeira vez em 2007 (FRIEDMAN, 2007)<sup>12</sup> e desde então tem se popularizado como uma das salvaçãoes do meio ambiente, utilizando o capitalismo, do próprio capitalismo. O maior marco recente foi seu surgimento como proposta de parte do Partido Democrata dos EUA, em 2019. Baseado nos relatórios do IPCC de 2018 e suas projeções, o projeto propõe o estímulo a energias renováveis e sua eficiência, zerar emissão etc. e, concomitantemente, “criar milhões de empregos bons e com altos salários e garantir prosperidade e segurança econômica para todos os norte-americanos” (tradução livre)<sup>13</sup>.

Infelizmente, até nesses projetos com boas intenções há falhas, uma vez que não há propostas de flexibilização de patentes nos planos americanos nem europeus e ocorre grande desidratação do programa, uma vez que vai de encontro com o status quo (BARRETO, 2020). Também é visível como esses planos verdes dependem do papel de líder na CGV e seu poder de acumulação de capital.

---

<sup>11</sup>Valendo-se do Paradoxo de Jevons, mesmo com uma transição energética completa, é necessário o controle do carbono para que essa substituição por energia renovável não gere uma expansão infinita de demanda e, conseqüentemente, continue destruindo o ecossistema (Schwartzman, 2011)

<sup>12</sup> <https://grist.org/article/whats-the-green-new-deal-the-surprising-origins-behind-a-progressive-rallying-cry/>

<sup>13</sup> Pode ser encontrado em <<https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-resolution/109/text>> e <https://ocasio-cortez.house.gov/sites/ocasio-cortez.house.gov/files/Resolution%20on%20a%20Green%20New%20Deal.pdf>. Acesso 29 de jul. 2020.

De todas as formas, qualquer que seja a proposta para o futuro, esse plano não pode ser implementado de forma local, deve-se buscar consenso global e tentar lidar com transferência de emissão para países subdesenvolvidos (Grimes, 2003), considerando de maneira crítica a CGR embora os desafios sejam colossais num período como esse. Bater metas de desenvolvimento sustentável podem ser fáceis quando se tem capacidade de exportar esses danos para os países mais pobres. É essencial, portanto, entender emissões e danos ambientais em sua visão macro, inserida na CGV e não apenas com uma visão micro de quem emitiu.

Como bem lembrado e analisado por Young e Sant’Anna (YOUNG & CURY, 2020) no contexto de Covid-19, os mais pobres são “mais propensos” ao risco e se expõe mais à doença. Fazendo um paralelo com nosso trabalho, a mesma relação é válida numa análise de cadeia de comércio, sendo nós, os países pobres, “mais propensos” a flexibilização das leis ambientais e abertura a indústrias poluentes exportados do primeiro mundo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo sistematizou algumas visões críticas existentes em relação às implicações das Cadeias Globais de Valor (CGV) para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Se na teoria econômica mainstream a inserção comercial nas CGV representa uma oportunidade para o desenvolvimento, um grande número de estudos heterodoxos com um viés crítico vê uma necessidade de problematizar a noção de desenvolvimento pró-capital que está implícita às CGV. Assim, dado que este é um fenômeno de muitas implicações distintas para a vida em sociedade, é necessária uma abordagem crítica e interdisciplinar para analisar os impactos das CGV no desenvolvimento. Sobretudo, é necessário ter como elemento importante da análise o elemento da distribuição de renda e de poder ao longo das cadeias de valor no comércio internacional para melhor entender os mecanismos pelos quais a inserção pode representar um percalço para o desenvolvimento.

Como argumentado durante esse trabalho, a ampliação do comércio internacional sob a forma das CGV ocorreu em paralelo com a ampliação das desigualdades, aumento da pobreza no trabalho e profunda degradação ambiental no século XXI. Portanto, em vez dos ganhos mútuos previstos pela teoria ortodoxa, as CGV reproduziram pobreza, desigualdade e danos ambientais sobretudo para os países do Sul Global e seus cidadãos. Pela sua articulação com o processo de financeirização em sistemas tributários pouco progressivos, elas reproduzem desigualdades nas Cadeias Globais de Desigualdade (CGD). Pela sua pressão de baixa sobre os salários no chão de fábrica, elas contribuem para a ampliação da pobreza do trabalho nas Cadeias Globais de Pobreza (CGP). Por último, elas também estão por trás do fortemente desigual processo de emissões de carbono que tem como efeito crises climáticas sobretudo nos países do Sul Global. Dessa forma, elas de fato são entraves ao desenvolvimento que clamam propagar.

Assim, para tratar do impacto do capitalismo globalizado contemporâneo sobre as condições de vida e de trabalho no âmbito das Cadeias Globais de Valor é importante entender as diversas determinações de condições de trabalho, salários, e produção à escala mundial como totalidade. Além disso, o momento atual é extremamente oportuno e necessário para reconsiderar de maneira crítica a questão da mundialização capitalista e suas consequências, uma vez que a crise sanitária da Covid-19 aparece como um

catalisador onde a dependência de princípios ativos para os medicamentos, máscaras, respiradores, pesquisa para vacinas se tornou claramente exposto. Nesse sentido, o questionamento é vital: Qual o sentido de exportar soja e importar respiradores? Os autores esperam que por meio dessa análise crítica das Cadeias Globais de Valor e suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico do século XXI essa reflexão possibilite uma recuperação dos trabalhos e análises críticas que dão conta da necessidade de repensar um desenvolvimento pleno e plenamente respeitoso aos limites de todas as formas de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL M. SILVA e M. D. CARCANHOLO, 2009, A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes, in Rev. katálysis vol.12 no.2 Florianópolis jul./dez. 2009, <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>

BARRETO, E. S. Crise climática e o Green New Deal : uma primeira aproximação crítica. Revista Fim do Mundo, 2020. n. 2, p. 75–91.

BARRETO, E. S. O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BERGMANN, L. Bound by Chains of Carbon: Ecological–Economic Geographies of Globalization. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 103, n. 6, p. 1348-1370, 2013.

BERNHARDT, T.; POLLAK, R. Economic and social upgrading dynamics in global manufacturing value chains: A comparative analysis. *Environment and Planning A*, v. 48, n. 7, p. 1220–1243, 2016.

CARCANHOLO M. 2017. Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis. Una interpretación desde Marx , Ed. Maia.

CHESNAIS F.. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. Boston, Brill Academic Pub., 2016. 310 pp.

FRIEDMAN, T. L. A Warning From the Garden. **The New York Times**, 19 de jan. 2007. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html>>. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

GARY GEREFFI. Shifting Governance Structures in Global Commodity Chains. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, v. 9, n. 2, p. 183–205, 1987.

GRIMES, P.; KENTOR, J. Exporting the Greenhouse: Foreign Capital Penetration and CO<sub>2</sub> Emissions 1980-1996. *Journal of World-Systems Research*, 2003. p. 261–275.

JORGENSON, A. K. Does foreign investment harm the air we breathe and the water we drink? A cross-national study of carbon dioxide emissions and organic water pollution in less-developed countries, 1975 to 2000. *Organization and Environment*, 2007. v. 20, n. 2, p. 137–156.

KAPLINSKY, R. Spreading the gains from globalisation: what can be learned from value chain analysis? *Problems of economic transition*. n. July 2015, p. 74–115, 2004.

LUCE, Mathias S. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MANDEL E. *O Capitalismo tardio*, editora Abril. 1982.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (Org.) *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. *O Capital - Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS C. A. e N. TREBAT, 2018. Las finanzas, el comercio y la distribución del ingreso en las cadenas globales de valor: implicancias para las economías en desarrollo y América Latina, in Martín Abeles, Esteban Pérez Caldentey y Sebastián Valdecantos (editores), *Estudios sobre financierización en América Latina*, Libros de la CEPAL, N° 152 (LC/PUB.2018/3-P), Santiago, CEPAL, 2018.

NADVI, K. Globalisation and Poverty: How can Global Value Chain Research Inform the Policy Debate? *IDS Bulletin*, v. 35, n. 1, 2003.

NAVARRETE, S. D. S.; BORINI, F. M.; AVRICHIR, I. Environmental upgrading and the United Nations Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*, 2020. v. 264, p. 121563. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121563>>.

NERI, M. (coord.) *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em [https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3\\_TextoFinal.pdf](https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf).

OECD; WTO; WORLD BANK. *Global Value Chains: Challenges, opportunities and implications for policy*. Report prepared for submission to the G20 Trade Ministers Meeting Sydney, Australia, n. July, p. 53, 2014.

OPOKU, E. E. O.; BOACHIE, M. K. The environmental impact of industrialization and foreign direct investment. *Energy Policy*, 2020. v. 137, n. June, p. 111178. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.111178>>.

QUENTIN, D.; CAMPLING, L. Global inequality chains: integrating mechanisms of value distribution into analyses of global production. *Global Networks*, v. 18, n. 1, p. 33–56, 2017.

SALAMA P., 2016, “La tormenta en América latina. Hacia dónde van las economías de la región?”, Ed. Universidad de Guadalajara, 2016.

SCHWARTZMAN, D. Green new deal: An ecosocialist perspective. *Capitalism, Nature, Socialism*, 2011. v. 22, n. 3, p. 49–56.

SELWYN, B. Poverty chains and global capitalism. *Competition and Change*, v. 23, n. 1, p. 71–97, 2019.

SHAHBAZ, M. *et al.* Does foreign direct investment impede environmental quality in high-, middle-, and low-income countries? *Energy Economics*, 2015. v. 51, p. 275–287. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.eneco.2015.06.014>>.

TORKIL LAUESEN; COPE, Z. Imperialism and the Transformation of Values into Prices. *Monthly Review*, 2015.

UNCTAD. Global Value Chains and Development: Investment and value added trade in the global economy. United Nations Conference on Trade and Development, p. 32, 2013.

UNCTAD. Trade and Development Report 2017. Beyond Austerity: Towards a Global New Deal.

SANT'ANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. Risco, Desigualdade e o Valor da Vida Humana. In: YOUNG, C. E. F.; MATHIAS, J. F. C. M (org.). Covid-19: Meio Ambiente e Políticas Públicas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 161-166. Disponível em: [http://www.huciteceditora.com.br/\\_imagens/\\_downloads/Covid-19%20Meio%20Ambiente%20e%20Políticas%20Publicas.pdf](http://www.huciteceditora.com.br/_imagens/_downloads/Covid-19%20Meio%20Ambiente%20e%20Políticas%20Publicas.pdf). Acesso em: 29 de jul. 2020.